

RADAR

favela

COVID-19



Foto: Saneý Souza

edição 04



ESPECIAL ACS
Depoimentos de Agentes Comunitários de Saúde
na linha de frente de combate a pandemia

SUMÁRIO

3 **APRESENTAÇÃO**

4 **MEGAFONE**

8 **O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?**

9 CONJUNTO HABITACIONAL NABUCO DE FREITAS: ÁGUA,
ESGOTO, INSETOS E PANDEMIA Fatinha Lima

11 PLANTANDO E COLHENDO SAÚDE ALIMENTAR NA EXTREMA
ZONA OESTE Day Medeiros

14 LUTA E RESISTÊNCIA: A V SEMANA DO AGENTE COMUNITÁRIO
DE SAÚDE Renata Dutra

17 **DEBATES**

18 NÓS DE AÇO Day Medeiros

22 **MOVIMENTOS SOCIAIS**

23 AVISO PRÉVIO NA PANDEMIA COMACS-Manguinhos

26 **ESPECIAL ACS**

27 DEPOIMENTO Yolanda Oliveira

30 DEPOIMENTO Maria do Socorro Moreira

33 DEPOIMENTO Simvione Monteiro

APRESENTAÇÃO

Radar COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais.

MEMEFO

GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

MORADORES DA OCUPAÇÃO ÁGATHA SÃO DESALOJADOS EM MEIO À PANDEMIA:

No dia 22 de outubro de 2020, foi realizado o despejo de 16 famílias moradoras da Ocupação Ágatha, localizada na Rua Miguel Couto, 113, Centro do Rio de Janeiro, sem previsão de para onde serão levadas. Dentre os moradores que foram despejados encontram-se cerca de 20 crianças, uma mulher

grávida, pessoas idosas e com dificuldades de mobilidade. O Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (Nuth/DP-RJ), considerando tratar-se de questões envolvendo o cumprimento da função social da propriedade, o direito à moradia, o contexto de pandemia e o risco de contágio do novo coronavírus, solicitou a suspensão da reintegração de posse, porém, o pedido foi negado. Segundo Luciano Norberto dos Santos, da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência que tem apoiado o grupo, “após o despejo, os moradores despejados encontram-se em situações difíceis, sem um teto onde se abrigar e estão sendo ajudados por

outras ocupações que ofereceram um espaço provisório até aparecer um novo lugar para se alojarem. Quando não chove, muitos passam o dia expostos na rua, sem ter o que fazer”. Nem mesmo a pandemia tem sido capaz de reverter as decisões judiciais que colocam pessoas na rua, sem condições de se cuidarem e se protegerem da Covid-19.



Foto: Luciano Norberto dos Santos



TRABALHADORES DA SAÚDE LUTAM CONTRA O FECHAMENTO DO HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO: No dia 3 de novembro, aconteceu o ato contra o fechamento do Hospital Geral de Bonsucesso, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, organizado por trabalhadores e militantes de movimentos sociais da saúde, com o objetivo de garantir a reabertura da unidade. Após o incêndio que ocorreu no hospital, na manhã do dia 27 de outubro, a direção da unidade anunciou o seu fechamento. O incêndio, que atingiu parte do hospital, teve oito vítimas fatais. A ação visa garantir o emprego de seus funcionários e também dos funcionários terceirizados, além de uma reabertura segura. A unidade, que é referência na região metropolitana do Rio de Janeiro, voltou a funcionar parcialmente. O Hospital Geral de Bonsucesso é um hospital público, vinculado ao Ministério da Saúde e a unidade é referência em cirurgias oncológicas e transplante renal e também no atendimento à gestante e recém-nascido de alto risco.

“ACS NA LINHA DE FRENTE DA PANDEMIA”: Na primeira semana de Outubro, em decorrência do Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde, foi realizada pela Comissão de Agentes Comunitários de Saúde – Comacs Manguinhos, a V Semana dos ACS, desta vez de maneira online, com o tema “ACS na Linha de frente da pandemia”.

PANDEMIA COM FALTA DE ÁGUA NA MARÉ: Segundo Gizele Martins, jornalista e moradora da Portelinha no Morro do Timbau na favela da Maré,



os moradores têm sofrido com falta de água por vários dias consecutivos. Entre os dias 15 e 18, os moradores ficaram desabastecidos de água, sem condições de adotarem medidas de higiene recomendadas no combate ao novo coronavírus.

RUAS AFUNDANDO E COLETA DE LIXO IRREGULAR: Na comunidade São Fernando, uma das 15 que compõem o Conjunto João XXIII em Santa Cruz, a dragagem do canal do São Fernando está fazendo a Estrada José Cid Fernandes afundar. Segundo Wanessa Afonso, do Coletivo Martha Trindade, essa estrada é a única passagem para o conjunto, o que impossibilita remoções de emergência e acesso aos serviços básicos. Várias ruas do São Fernando estão há vários dias sem coleta de lixo. A coleta normalmente é programada para terça, quinta e sexta, mas atualmente o local está há mais de seis dias sem coleta de lixo. Segundo Wanessa, “parece que a coleta se tornou semanal pelo risco da passagem do caminhão, e, além dessa questão, os funcionários dos comércios e muitos moradores da região não estão usando máscara adequadamente, nem mesmos nos transportes públicos. Mesmo que seja feita a conscientização nos mercados, as pessoas saem dele e se descuidam logo em seguida. Apesar do trabalho dos movimentos sociais contra o Covid na região, o negacionismo é persistente, e além do vírus, já lidamos com doenças respiratórias, oriundas da poluição do distrito industrial.”



O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?



Foto: Arquivo Teia de Solidariedade da Zona Oeste

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado.

Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

CONJUNTO HABITACIONAL NABUCO DE FREITAS: ÁGUA, ESGOTO, INSETOS E PANDEMIA

Colaboradora: Fatinha Lima

Moradora do Morro da Providência



Foto: Fatinha Lima

Nós, moradores do “Empreendimento Habitacional Nabuco de Freitas, no bairro do Santo Cristo, na Zona Central do Rio de Janeiro, gostaríamos de denunciar os problemas de água e esgoto que estamos enfrentando e reivindicamos solução para essas demandas.

Todo esse processo começou durante os governos de Eduardo Paes e Sérgio Cabral. O argumento era de que as obras de revitalização na Zona Portuária seriam importantes, pois faziam parte da preparação da cidade para a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas, em 2016. O então

prefeito Eduardo Paes, em minha opinião de cidadão carioca, realizou uma verdadeira higienização étnica, no estilo racista de Pereira Passos a quem ele mesmo dizia admirar e assumia se inspirar. Tanto que, em minha visão, houve uma perseguição às pessoas negras e/ou pobres e faveladas, tudo isso em nome do “progresso” e do turismo.

Foi muita resistência, mas em um dado momento, depois de muita luta, a grande maioria dos moradores da ladeira do Faria número 125, foi “convencida” a deixar suas casas e ir para o aluguel social. Apenas em 2013 chegamos à Rua Nabuco de Freitas, onde estamos até hoje numa chamada “Concessão”, emitida pela Secretaria de habitação para uso do imóvel. No projeto estava prevista a construção de sete Blocos de apartamentos de 42m², totalizando 118 unidades, vias para trânsito interno, três salas comunitárias e área de recreação infantil. Entretanto, as obras nunca foram concluídas na totalidade. Após passar pela remoção violenta forçada, aluguel social, batalha e posterior vitória judicial, parte dos removidos, mais exatamente 34 famílias, foram contempladas com as referidas habitações, ainda que incompletas, pois apenas dois dos sete blocos foram entregues e nenhum equipamento de convívio social estava pronto. Estávamos felizes, em parte, e nos mudamos com a promessa de que as obras continuariam e nossos vizinhos viriam em seguida.

No entanto, nada disso ocorreu. O que aconteceu foram obras sem conclusão, nossos vizinhos nunca vieram e até o presente momento enfrentamos problemas graves na estrutura. Por exemplo: temos um entupimento e transbordamento nas caixas de gorduras, localizadas embaixo de cada bloco, como nos informa a planta do condomínio, o que tem colocado as estruturas em risco de desabamento. Já solicitamos providências, mas elas só chegam de forma paliativa. Infelizmente, o alagamento e transbordamento persistem, formando um foco permanente de insetos e outras pragas, como ratos e baratas, além de alagar o pátio, único lugar possível para convívio social de adultos e crianças. Se não bastasse tudo isso, o cheiro está cada vez mais insuportável. Agora, junto a tudo isso, temos ainda que enfrentar uma pandemia nessas condições.

PLANTANDO E COLHENDO SAÚDE ALIMENTAR NA EXTREMA ZONA OESTE

Day Medeiros

Professora e ativista sociocultural da Zona Oeste



Foto: Saney Souza

“A Zona Oeste não tem um dono
A Zona Oeste segue a dialogar
Força, acalanto, fé
Pessoas que ousam sonhar
Passos firmes no asfalto
Mãos na terra, corpo no mar
União popular é meta
Da festa se faz insurgência
A comida chegou no prato
Alimento sem veneno é luta
Das mulheres do extremo oeste da cidade
Tecendo teia de solidariedade!
Para todas nós! ”

Saney Souza

A Teia de Solidariedade da ZO nasceu do ventre tecido por uma rede de mulheres negras e periféricas da Zona oeste, que são símbolos de resistência para a maior região populacional da cidade do Rio de Janeiro e que no começo da pandemia se uniram coletivamente para auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade. O grupo que atualmente é formado por 11 coletivos de mulheres da Zona Oeste, tem desenvolvido uma campanha para arrecadar alimentos e produtos de higiene. Até o momento, já entregou 1500 cestas básicas e produtos de higiene durante o período de junho a outubro, alcançando cerca de 7500 pessoas.

A proposta da campanha carrega sempre o senso de coletividade e corresponsabilidade ancestral, protagonizando as mulheres negras no enfrentamento e construção da luta por direitos do povo pobre,



Foto: Arquivo Teia de Solidariedade da Zona Oeste

preto e periférico. A campanha tem sido realizada através de metas: a Meta 1 de cuidado comunitário, alcançou o apoio esperado em 30 dias e atualmente está aberta a campanha da Meta 2 de combate à fome e pela soberania alimentar. A campanha pode acessada no site: <http://www.mulhereszo-naoeste.bonde.org/>.

As ativistas Saney Sousa e Ana Gabriela Ribeiro contaram que

durante o processo de construção da campanha, percebeu-se que era preciso fazer mais do que entregar alimentos das cestas básicas. Era necessário também investir em saúde, conhecimento e autonomia alimentar. Visando driblar a injustiça ambiental e dando acesso a famílias aos alimentos orgânicos que são supervalorizados nas áreas ricas das cidades, mas que se tornam financeiramente são inviáveis para as famílias mais vulneráveis. Tudo isso, apoiando a rede de mulheres agricultoras da região que foram afetadas com a pandemia, como Dona Marta, que pratica a agroecologia como modo de vida em seu sítio em Campo grande e que teve sua colheita distribuída pela teia nos comunidades de Sepetiba e Paciência em outubro. A ação dessas mulheres viabiliza através das campanhas e doações essa troca que é mais que solidariedade, é o resgate do contato com a terra, sem venenos impostos pela superprodução agrícola. Terras essas que são cada vez mais disputadas com a especulação imobiliária – fenômeno que acomete a região desde que passou de Zona Rural para Zona Oeste no final da década de 60, e que aumenta o valor praticado na venda de imóveis, eleva o custo de vida e dificulta a manutenção de pequenos comércios e de moradias populares.

Pensar em saúde alimentar através do acesso aos orgânicos, além de ser uma solução rica para todos os envolvidos, é uma ação socioeducativa, que nos ensina a repensar a nossa maneira de depender de um consumo capitalista que coloca a população periférica em um lugar ainda mais desigual socialmente. A Teia de Solidariedade da ZO faz política com afeto e mobilização comunitária, pensando em um novo mundo sendo construído com apoio de pessoas, coletivas e coletivos que defendem as lutas antirracistas, antimachistas e anticapitalistas. Desta forma, evidencia a luta das mulheres negras e periféricas que sempre movimentaram suas comunidades, com acolhimento, perseverança e luta por soberania e direitos que diminuam os impactos do



Foto: Saney Souza

racismo estrutural que distancia a Zona Oeste desde antes da pandemia e por investimento em políticas públicas que garantam a qualidade de vida da população. Para conhecer melhor esse trabalho potente e essencial, pode-se acessar os perfis nas redes sociais através do [@teiasolidariedadZO](https://www.instagram.com/teiasolidariedadZO).

LUTA E RESISTÊNCIA: A V SEMANA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Colaboradora: Renata Dutra

Estudante de jornalismo, comunicadora comunitária e moradora de Manguinhos

(com participação de Paloma Silva, estudante de letras, comunicadora comunitária e moradora do Jacarezinho; e, Anderson Oliveira, estudante de letras, comunicador comunitário e morador da Maré)

Este ano, a Semana do ACS, que teve início no dia 4 de Outubro – Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde –, foi um tanto diferente. Por conta do novo Coronavírus, o evento realizado pela COMACS Manguinhos (Comissão dos Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos) aconteceu online, no canal da comissão no YouTube.

A quinta edição do evento, que tem como objetivo comemorar o dia dos agentes comunitários e defender o SUS, apresentou o tema: “ACS na Linha de frente da Pandemia” e mostrou como os agentes de saúde estão enfrentando este momento, as dificuldades e desafios e qual a importância deste profissional no cotidiano dos territórios.

Já no primeiro dia de Live, foi apresentado o resultado do 1 boletim da pesquisa de monitoramento das condições de saúde dos acs em tempos de Covid-19. A ideia da pesquisa surgiu com o intuito de acompanhar desde o início como os acs foram impactados pelo contexto da pandemia. “Os aspectos principais são as suas condições de saúde ao seu modo de trabalho e também em relação a proteção que poderia estar recebendo na forma de formação profissional”, diz Camila Borges, professora e pesquisadora – EPSJV Fiocruz.

Para a agente de saúde Claudia Marques é um desafio estar na linha de frente do enfrentamento à Covid-19: “Eu fiquei doente. Temos que cuidar de nós agentes de saúde, dos colegas de trabalho e da comunidade”, contou na segunda noite de lives.

Com a pandemia, os ACSs têm enfrentado muitas dificuldades como: contato com os moradores, condições precárias de saneamento básico e falta d'água. A agente comunitária Ana Iara Valeriano afirma que a pandemia trouxe a tona problemas recorrentes: “A pandemia veio para mostrar tudo que os profissionais estavam vivendo, mas que conseguíamos levar,” diz.

Os agentes comunitários de saúde são moradores e moradoras das comunidades onde atuam e por conta disso vivenciam os dois lados dos problemas: “O agente comunitário também é morador da favela, então ele vive os dois lados, o do trabalhador e do morador. O ACSs tem mais dificuldade para se higienizar quando chega do trabalho, levando em conta que na favela a falta d'água é grande. A falta de saneamento básico, falta de distanciamento veio afetando também a nossa saúde mental,” explica Wagner Souza, presidente em exercício do Sindicato dos Agentes do Rio de Janeiro.

Os profissionais também têm enfrentado problemas no contato com alguns moradores, porque muitos estão optando pelo atendimento online para que assim não haja riscos mas nem todos possuem acesso à internet. Segundo Alex Pessoa, agente comunitário, a profissão tem se reinventado e explica novas estratégias adotadas para não deixar o morador sem amparo: “Antes, nós ACSs, íamos até a comunidade e entrávamos na residência das pessoas, o que não está sendo possível agora. Alguns contatos estão sendo feitos pelo celular e nós sabemos que nem todos os moradores têm acesso. O que fazer nesses casos? Assim nós vamos até a residência,” fala.

A semana contou também com a presença da professora e terapeuta, Marilda Silva Moreira, que há 20 anos atua na área de saúde pública. O tema do debate foi “Cuidando de quem cuida – Práticas Integrativas Para ACSs na Linha de frente da Pandemia,” onde ensinou atividades de relaxamento. Segundo ela, neste período de pandemia, muitos agentes de saúde a procuraram e relataram problemas com a saúde mental: “É importante ter o autocuidado. A pandemia afetou a saúde mental dos profissionais de

saúde e dos ACSs. O corpo sempre vai conversar com a gente. Os pacientes relatam falta de sono, dores no corpo e dores de cabeça” afirma.

Ainda segundo a terapeuta, esse excesso de informações tem feito mal as pessoas: “Nós estamos sendo tomados por esse dilúvio de ideias, de pensamentos, de informações e sensações, e não estamos tendo tempo de viver isso”. Para ela, nós não sabemos escutar nosso corpo, não respeitamos a hora de parar, o que pode acarretar uma depressão ou ansiedade: “Quando sentimos uma dor, tomamos um remédio e seguimos a vida. A gente não tem tempo de escutar nosso corpo. Ele avisa, dá os sinais, mas não ouvimos.”

A semana de comemoração ao dia dos Agentes Comunitários de Saúde e defesa do SUS, contou também com a exibição do documentário “Nossa água”, onde moradores de Manguinhos mostraram a situação da água que chega em suas casas. A água é essencial para o combate a Covid-19, o básico e o que todo ser humano necessita, sobretudo em período de crise sanitária. Além desse, foi exibido também o documentário premiado pela UFRJ e apresentado na Câmara dos Vereadores, “Manguinhos Resiste a mais uma enchente”. Produzido pela Comissão dos Agentes Comunitários de Saúde em Manguinhos, o filme apresenta problemas causados pelas enchentes, o que já é recorrente na comunidade.

Segundo a agente Ana Iara Valeriano, a pandemia mostrou o descaso que a saúde pública já vivia e citou a importância do SUS: “Eu sou agente Comunitária de saúde e é importante reforçar que é uma categoria exclusiva do SUS, nós somos o SUS. Trabalhar na linha de frente nos impactou como profissionais e como cidadãos, pertencentes ao território”, diz.

“Estamos vencendo. Porque a gente sempre precisa do outro, e quando a gente busca o outro, a gente consegue”, finaliza a ACS Cláudia Marques.

Durante o evento, rolou também a distribuição de máscaras aos acs, item essencial ao combate à Covid-19, e a EPSJV doou livros que foram sorteados entre os agentes.

DEBATES

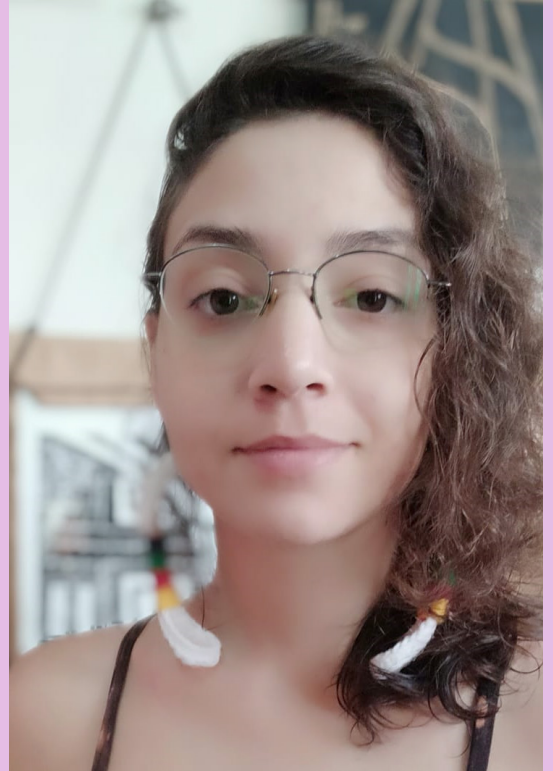


Foto: Arquivo Mobilização pela Favela do Açó

A seção Debates dessa edição traz o texto de Day Medeiros, professora e ativista sociocultural, que aborda o lugar da Zona Oeste nas cartografias políticas da cidade, destacando a invisibilização das periferias urbanas localizadas nessa parte cidade e as iniciativas locais para fortalecer as narrativas e demandas periféricas.

Nós de Aço

Day Medeiros,
professora e Ativista
sociocultural da Zona Oeste



O eixo Santa Cruz, Sepetiba e Paciência, carrega o estigma de “extrema Zona Oeste”, onde extrema mesma é a vulnerabilidade da população. Nas periferias, diante da ausência de políticas públicas capazes de promover desenvolvimento social, emergem diversos trabalhos de base comunitária que têm em comum a resistência coletiva, o combate às desigualdades sociais e o questionamento político. Existem diferenças nítidas entre as periferias cariocas. A Zona Oeste representa 48,4 % do território do Rio de Janeiro. A distância do Centro da cidade afasta os acessos a investimentos sociais públicos e privados, monopolizados em áreas de visibilidade e nos aproxima dos interesses eleitorais, proporcionais ao tamanho desse território e da população. A especulação imobiliária e os vários projetos habitacionais movimentaram o mercado na Zona Oeste, mas sem a construção de equipamentos urbanos que possibilitem uma boa qualidade de vida nessas áreas.

Em ano eleitoral, em meio a uma crise mundial de saúde, analisar a alta taxa de letalidade por Covid-19 no eixo Santa Cruz, as subnotificações de casos, o negacionismo de governos e da população, a falta de condições de manter o isolamento social e a omissão do poder público e privado, ajuda a entender melhor as políticas de morte, sustentada

por uma estrutura racista, que carrega na história de desenvolvimento da extrema Zona Oeste a relação direta com a formação de um curral eleitoral. Silenciar uma região tão populosa faz parte da velha política, onde a falta de acesso a instrumentos de educação, cultura, saúde e transporte faz com que o debate político-social não chegue às favelas e comunidades com baixos índices de desenvolvimento, favorecendo assim um padrão de atuação de políticos que não exercem trabalhos efetivos à população e desfavorecendo os movimentos sociais e instituições do terceiro setor, que ocuparam a linha de frente no combate e enfrentamento das consequências da pandemia nos territórios mais vulneráveis e inacessíveis da cidade.

Em tempos de isolamento, onde a distância e a mobilidade são abstraídas virtualmente, se ampliou a construção de redes que fortalecem as narrativas das demandas periféricas. É preciso inserir a extrema Zona Oeste em espaços de trocas e debates sobre as periferias cariocas, evidenciando a importância da população da região para a mudança da conjuntura política geral do estado e dando visibilidade ao trabalho de luta e de potência cultural produzida na maior área periférica do município do Rio. Como o exemplo de mobilização da Favela do Aço/ Vila Paciência, a primeira favela do eixo, construída no final da década de 60, para acolher inicialmente 61 famílias removidas de diferentes pontos centrais, e moradores em situação de rua. Desde então, muita coisa não mudou na Favela do Aço. Atualmente com uma população de 10.000 habi-

Foto: Arquivo Mobilização pela Favela do Aço



tantes, a falta de saneamento básico ainda é um problema, onde encontramos esgoto a céu aberto, inexistência de caixas d'água e cisternas nas casas, coleta de lixo regular e ausência de médicos na única Clínica da Família da localidade.



Foto: Arquivo Mobilização pela Favela do Aço

socials e editais de apoio, a mobilização enfrentou também o negacionismo dos moradores, que em sua maioria dizia que a Covid-19 era “doença de rico”.

É sabido que a mortalidade por doenças e violência, acomete seletivamente a população, e é mais expressiva junto aos que residem em favelas e periferias, onde a falta de estrutura das casas impossibilitam os moradores se manterem em isolamento, sem aglomerações. Principalmente se tratando da Zona Oeste, que abriga o maior número de trabalhadores formais e informais da cidade do Rio de Janeiro, e que foi fortemente influenciada pelos discursos políticos que negam a pandemia, como por exemplo o que diz que a doença “é só uma gripezinha”.

A mobilização contou com a força de três projetos que atuam na área sociocultural e que, é importante ressaltar, são lideradas por mulheres: a Missão Arte Educação, realizada pelo CASA; o Levante Aço; e o Projeto Esperança Para Uma Criança, realizado pela Primeira Igreja Batista de Vila Paciência, que foi o local para a arrecadação das cestas básicas e kits de higiene, distribuídos de casa em casa. Além da luta para angariar fundos pelas redes

No período de março a agosto, a mobilização atendeu 300 famílias das 600 que foram cadastradas, onde 150 tiveram assistência continuada durante esses meses. Com recursos limitados, as prioridades foram escolhidas por critérios como: a participação nos projetos, mães solo, idosos sem aposentadoria e pessoas sem documentação, impossibilitadas de receber o auxílio emergencial. Foram distribuídas aproximadamente 1.200 cestas básicas e produtos de higiene e alcançadas em torno de 1.800 pessoas. Para as entregas, foi necessária e muito bem recebida a ajuda de alguns moradores do Aço e da União Coletiva Pela Zona Oeste, que se desdobravam para atender mais de 10 comunidades do eixo Santa Cruz, Sepetiba e Paciência.

A decisão de encerrar a arrecadação foi tomada para evitar uma disputa no território com pré-candidatos que, ao começarem suas campanhas eleitorais, ocuparam os becos e vielas para pedir voto em troca de uma praça e o famoso asfalto para tapar buracos. A fim de preservar a segurança das pessoas na linha de frente e evitar qualquer tipo de confusão com a imagem dos coletivos optou-se pela suspensão das distribuições e arrecadações. Estudando novas maneiras de dar continuidade as atividades, os projetos continuam acompanhando de perto a situação das famílias e buscando apoio para aquelas que sinalizam situações de maior vulnerabilidade e emergência.

O movimento de redes gerado por essa mobilização repercutiu em uma visibilidade para a favela do Aço, dentro e fora da Zona Oeste, jamais observada anteriormente. A pandemia provou a importância dos movimentos sociais e das ações coletivas para combater as desigualdades impostas ao povo periférico, que ficaram ainda mais em evidência nesse período.

Para ampliar essa rede e conhecer melhor o trabalho dos projetos envolvidos nessa mobilização, é só seguir os perfis: *@plataformacasa*, *@pepucdevilapaciencia*, *@acolevante* e *@uczonaooeste* nas mídias sociais.

MOVIMENTOS SOCIAIS



Foto: Arquivo COMACS - Manguinhos

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento a pandemia do covid-19. Uma delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta sessão repercute as lutas dos movimentos sociais de favela pela garantia de direitos básicos.

Neste número publicamos a nota da Comissão dos Agentes Comunitários de Manguinhos (COMACS-Manguinhos) que manifesta preocupação e alerta em relação à continuidade dos serviços de saúde no território de Manguinhos, tendo em vista o fim do contrato de muitas trabalhadoras e trabalhadores que receberam aviso prévio e ainda não tiveram seus vínculos trabalhistas renovados.

AVISO PRÉVIO NA PANDEMIA

Comissão dos Agentes Comunitários Saúde de Manguinhos (COMACS-Manguinhos)



Foto: Arquivo COMACS - Manguinhos

A pandemia de Covid-19 nas favelas tem sido cada vez mais ponto de pauta e objeto de pesquisas, sobretudo pela relação entre a doença e questões de saneamento básico e estruturais que agravam a situação nestas regiões mais vulnerabilizadas. Em Manguinhos, ações de prevenção e pesquisas vêm ocorrendo de maneira crescente, porém, por outro lado, encontramos um cenário preocupante no que diz respeito aos equipamentos de saúde do território, como, por exemplo, as Clínicas da Família.

Inacreditavelmente, os trabalhadores e trabalhadoras destes equipamentos foram colocados em aviso prévio devido ao fim do contrato

TEIAS Escola Manguinhos. É por meio desse projeto que a gestão do serviço de saúde pública de Manguinhos é feita de forma compartilhada entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fiocruz. Para substituir esse contrato, foi construído um projeto de convênio por meio de uma colaboração entre a Fiocruz e a Secretária Municipal do Rio de Janeiro de Saúde. Esse projeto está no momento na Prefeitura, mas ainda sem a garantia de que será assinado. O que nos deixa mais preocupados é que os trabalhadores já estão agendados e realizando os exames periódicos. Caso o contrato não seja firmado até o dia 23 de novembro de 2020, todo o serviço ficará comprometido podendo os usuários encontrarem as portas fechadas em plena pandemia.



Foto: Arquivo COMACS - Manguinhos

No contrato atual do Teias Escola Manguinhos temos os equipamentos: CMS Manguinhos, Clínica da Família Victor Valla, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Magal, UPA Manguinhos. Uma das alterações para o novo contrato é foi a retirada a UPA MANGUINHOS, cuja gestão será transferida para outra organiza-

ção, o que trará demissão em massa dos trabalhadores da UPA. Esses, por sua vez, também já estão cumprindo seu aviso prévio. A medida, além dos danos já citados, também prejudicam a gestão participativa que vem ocorrendo há anos no território, como fruto da mobilização de moradores e trabalhadores dos equipamentos de saúde e da Fiocruz. Diante desses acontecimentos, os coletivos vêm se articulando para que os serviços, a população e os trabalhadores não sejam prejudicados.

Na última reunião do Conselho Gestor Intersetorial (CGI), o coletivo encaminhou a composição de uma carta coletiva de intenções a ser enviada aos novos candidatos às eleições para Prefeitura. Em um dos parágrafos diz: “A partir dessas considerações, reivindicamos que os senhores assu-

mam, em documento por escrito, o compromisso de trabalhar para que sejam garantidos os recursos e políticas necessárias para o pleno funcionamento das unidades de saúde que atendem a população do Complexo de Favelas de Manguinhos. No caso do CAPS Magal, atende também o Complexo de Favelas da Maré e São Cristóvão. Com destaque explícito para o compromisso com a assinatura imediata do Projeto de Convênio entre Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fiocruz de forma a garantir que não haja descontinuidade na prestação dos serviços da população atendida por essas unidades de saúde. Esperamos dos senhores a demonstração de um compromisso efetivo de trabalharem para que os poderes executivo e legislativo atuem de forma responsável evitando precarização e descontinuidade dos serviços públicos de saúde prestados para a uma população já tão abalada pela atual crise sanitária da pandemia da Covid-19.”

A Comissão dos Agentes Comunitários de Manguinhos - Comacs Manguinhos, que também compõe esta articulação, se solidariza com todos os trabalhadores e trabalhadoras.

ESPECIAL

ACS

**Depoimentos de Agentes Comunitários de Saúde
na linha de frente de combate a pandemia**

“EU PEGUEI COVID, TODOS OS MEUS COLEGAS PEGARAM COVID NO MEU TRABALHO. POUCOS FORAM AFASTADOS.”

Yolanda Oliveira

Agente Comunitária de Saúde (ACS) que trabalha em uma favela de Bangu, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro

Na comunidade, logo no início da pandemia, aconteciam muitas mortes. A gente saía na sexta-feira e via muitos casos pipocando e na segunda-feira chegava e tinham ocorrido cinco óbitos. E era uma coisa que acontecia toda semana. Era muito. “Nessa semana morreram quantos? Quatro”. Isso na comunidade. E isso toda semana começa a assustar, porque estava acontecendo direto. Toda semana um, dois, três, quatro óbitos!

Agora deu uma parada nessa questão dos óbitos. Não ouço mais tantos casos de óbito, porém, eu não vi quarentena em momento algum na comunidade. Eu não vi quarentena, não teve. Tudo continuou funcionando normalmente. Foi complicado para quem trabalhava fora porque teve problemas com transporte. Algumas pessoas foram mandadas embora, outras pessoas tiveram dificuldade de chegar ao trabalho. Mas dentro da comunidade nada mudou. Pelo contrário, as crianças ficaram sem escola, mas não saíram das ruas. As crianças saíram da escola e passaram a ficar jogadas na rua, brincando.

A maioria dos trabalhadores continuou trabalhando, aqueles que não tiveram como parar seguiram trabalhando. A grande maioria da comunidade continuou trabalhando normalmente, tendo uma dificuldade ainda maior que foi a diminuição de transporte, de ônibus. Isso oprimiu mais ainda a população, porque a quantidade pessoas era a

mesma tentando se deslocar e não conseguia. Eu via as vans abarrotadas de gente. No início da pandemia, quando se falava muito que era preciso evitar aglomerações, o transporte estava superlotado, pessoas tossindo dentro do ônibus lotado.

Eu ouvi relatos também no comércio e nos postos de gasolina, pessoas falando que tiveram Covid, que muitos tiveram e nem sabiam o que era, teve-melhorou-acabou. Outros foram vendo alguns familiares morrerem. “Tive uma gripe muito forte” – ouvi dizer – mas não fizeram teste, não foram à clínica, principalmente os jovens, as pessoas mais novas, sem comorbidades, não hipertensas, não diabéticas... Essas pessoas tiveram Covid, ficaram mal em casa, mas achando que era uma gripe, que pegou e acabou. E aí vinha o pior: não tiveram liberação do trabalho, ficaram um ou dois dias em casa e voltavam a trabalhar.

Eu, infelizmente, perdi um parente e uma colega perdeu a mãe. Infelizmente tivemos essas perdas. Meu parente era do grupo de risco de todas as formas: idoso, diabético, hipertenso, cardiopata. Foi parar no hospital e lá foi entubado. Um dia antes dele morrer acabou a luz no hospital, e no dia seguinte veio a notícia do óbito.

Eu peguei Covid, todos os meus colegas pegaram Covid no meu trabalho. Poucos foram afastados. O acesso a testes foi muito complicado. Eu fiz meu teste por meios próprios. Deu positivo. Eu tive poucos sintomas. Eu fiquei mal, mas parecia mais uma arbovirose, não parecia nem gripe. Para mim não foi nem um resfriadinho foi mais uma dor no corpo, uma indisposição, o corpo pesado, como se eu tivesse pegado Chikungunya. Eu senti muitas dores nos ossos, no corpo, mas eu tive pouca tosse; não tive falta de ar; tive muito cansaço físico, muito cansaço como se estivesse anêmica. Então eu fiz o teste, deu positivo, aí eu fiquei em casa por conta disso e quando eu voltei à minha clínica eu percebi que eu não tinha sintoma suficiente aos olhos da clínica para fazer o teste. Vi que provavelmente lá eu não conseguiria fazer. Isso naquela época, agora estão distribuindo testes aí porque sobrou,

estão distribuindo testes agora em todas as clínicas. Mas naquela época, se eu não tivesse corrido para fazer os meus exames provavelmente eu teria voltado para o trabalho e contaminado o resto dos colegas que estavam lá. Muitos colegas não tiveram essa iniciativa de fazer o teste e continuaram trabalhando mesmo com Covid. Então foi essa piada, suporte quase nenhum, foi complicado.

Logo no início da pandemia, não foi falado que nós não tínhamos de ir para a rua. Por exemplo, se fizessem alguma exigência de fazermos uma busca ativa, nós tínhamos de ir. O Equipamento de Proteção Individual (EPI) era utilizado apenas para ir à rua, na clínica não. Foi um processo com várias situações difíceis: nós ficamos sem alimentação; os trabalhadores com comorbidades só foram afastados tardiamente por pressão do sindicato. Onde eu trabalho, nós mesmos traçamos uma estratégia de como nós íamos fazer para não ir para a rua, não foi uma coisa pensada e planejada. Sabe como é patrão, né? Não é uma coisa que surge deles, surge da gente. E os trabalhadores com comorbidades estão afastados até os dias de hoje, não foram chamados de volta ainda não. E nós que não temos comorbidades tivemos as cobranças e as exigências de trabalho triplicadas, muita sobrecarga de trabalho. Não houve nenhuma mudança com a pandemia em relação às exigências de produtividade.

Muita gente deprimida, não só onde eu trabalho. O relato dos ACS é que eles ficaram muito mexidos emocionalmente, vendo pessoas doentes por todos os lados; sendo exigidos da mesma forma, mas agora com menos pessoas para dar conta, com equipes reduzidas. E a gente o tempo todo com aquele sentimento de dar graças à Deus de estar trabalhando na pandemia para ter o que comer, porque muitos de nós tivemos familiares (esposos) que foram mandados embora e a situação da própria alimentação ficou difícil para muitos. Então quem não conseguiu ser afastado por comorbidade tinha esse sentimento de que tinha de dar conta, tinha de trabalhar pela incerteza de saber o que vai ser dessa pandemia. Vai haver mais cortes?

Estamos passando por vários tipos de dificuldades – o desemprego – e a gente não sabe o que nos espera. Estamos com temor do que pode acontecer. E nós temos essa situação de que em alguns lugares o ACS é efetivado e em outros não. Nós já tivemos essa promessa diversas vezes, sempre dizem que sem o Agente Comunitário de Saúde não tem Estratégia de Saúde da Família, porém, tem essa desvalorização. Recentemente tivemos também mudanças de gestão e redução salarial, tínhamos alguns benefícios e agora não temos mais. Infelizmente, é até meio desanimador!

“O CONTEXTO POLÍTICO AFASTOU A ATENÇÃO BÁSICA DAS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS NESSE MOMENTO TÃO IMPORTANTE”

Maria do Socorro Moreira

Agente Comunitária de Saúde, moradora de Santa Cruz

Eu trabalho como funcionária de uma clínica da família de Santa Cruz há mais de 15 anos. Na época, a Comlurb contratava os agentes comunitários através das associações de moradores que os ressarciam. Mesmo com as mudanças no contrato sigo prestando serviço para o sistema de saúde da prefeitura do Rio de Janeiro, onde atualmente os contratos são divididos em dois tipos: os funcionários com ensino médio que prestam serviços para uma terceirizada e os de ensino superior que trabalham para uma “quarterizada”. Muitos dos direitos dos funcionários, sem regime CLT, sem direitos trabalhistas, sem a possibilidade de licença em caso de acidente e de doença.

Os funcionários receberam, recentemente, com o término da última licitação, um comunicado de que a nova contratação se dará basicamente através de uma “sociedade” com os “prestadores de serviço”. Diante dessa situação, muitos trabalhadores não quiseram dar continuidade e evadiram de suas funções, o que significa que a população poderá ficar sem atendimentos. Esse é um problema muito grande que vem sendo enfrentado na Zona Oeste durante a pandemia, muitas pessoas sem atendimento médico e precisando se locomover pela cidade para serem atendidas.

Para mim, o começo da pandemia foi extremamente desgastante, pois comecei a lidar com a ansiedade, sabendo que os profissionais da saúde estavam mais expostos ao vírus, expondo nossas famílias; lidando com a desinformação sobre a doença e sobre como agir; limitando os atendimentos ao público e vendo companheiros sendo afastados por contraírem a doença.

A falta de exames e de equipamento no território da 5.3 (região administrativa de Santa Cruz) impactou bastante nos atendimentos iniciais. Os funcionários do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) estavam na linha de frente da abordagem dos pacientes para orientações antes deles entrarem na área técnica com os enfermeiros. Os sintomáticos eram direcionados ao atendimento médico. Os assintomáticos ou os que tinham consultas agendadas tiveram seus atendimentos canceladas para que fosse atendida a demanda de sintomáticos respiratórios que eram encaminhados para o consultório de resposta rápida, chamada também de “Sala do Covid”.

O contexto político para os profissionais da saúde – que driblam a desvalorização da profissão e a falta de estabilidade –, afastou a atenção básica nesse momento tão importante das populações mais vulneráveis, que necessitava de um atendimento gratuito de qualidade. Isso impactou na saúde da população e na dos próprios profissionais que também utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS).

Os interesses políticos na gestão das unidades de saúde influenciam diretamente nas licitações, capacitações e reciclagens dos profissionais; esses interesses políticos também impactam na vida das pessoas que necessitam dos atendimentos, sobrecarregando aqueles que seguem trabalhando com um quadro reduzido de profissionais e equipes, que mesmo fazendo o seu melhor não conseguem garantir o que é direito da população. Essa situação muitas vezes gera um mal estar entre as pessoas, que ficam insatisfeitas e algumas vezes agressivas, pois não entendem os contextos das administrações e descontam nos funcionários.

Em minha opinião, tendo em vista as eleições e uma possível mudança na gestão, melhorias poderiam ser feitas nas unidades básicas de saúde com o objetivo de melhorar os serviços na Zona Oeste; por exemplo, uma reorganização de atendimentos, ampliação dos quadros de funcionários para suprir o apoio e acompanhamento à saúde das famílias, valorizando as áreas de fisioterapia, psicologia e odontologia, que são áreas que fazem com que as pessoas precisem se locomover por grandes distâncias para conseguir atendimento. Muitas dessas pessoas não possuem condições financeiras para manter um acompanhamento, ou muito menos se locomover em transportes públicos de má qualidade que não atendem pessoas com deficiências e doenças que impossibilitam a mobilidade e que não têm como arcar com um transporte particular.

Gostaria de dizer que precisamos enaltecer os profissionais de saúde que, muitas vezes sobrecarregados, principalmente no período grave da pandemia de Covid-19, continuaram atuando com ética, respeito, amor e luta, procurando minimizar os impactos de algumas falhas no sistema.

“A PANDEMIA PARA O AGENTE DE SAÚDE FOI UMA COISA QUE TROUXE MEDO DE TRABALHAR”

Simvione Monteiro

Moradora do Jacaré

Meu nome é SimVione, sou Agente Comunitária de Saúde e desde o dia 8 de Maio, eu fui afastada por conta das comorbidades e do novo coronavírus. Sou hipertensa e há mais ou menos 5 meses ando investigando cardiopatia pois vinha sentindo fortes dores no peito. Por conta disso, eu acabei sendo afastada. Além de ACS, eu trabalhava com TRT de enfermagem no hospital à noite

Eu venho trabalhando em casa, em home office, com a minha equipe. Venho tentando ao máximo ajudar as meninas durante esse período que tem sido tão difícil para quem ainda continua na linha de frente: elas me mandam os números de telefone para que eu possa ligar para as pessoas as quais eu assisto.

Fiz um grupo de mães, porque nesse período, mesmo estando em casa e acompanhando tudo que acontece na clínica com a minha equipe, eu tenho visto que o número de mães vacinando seus filhos tem sido muito baixo. Elas estão com medo de levar os filhos até a unidade de saúde, apesar disso, muitas delas organizam e participam de festas.

A pandemia me trouxe bastante medo. Meu irmão mais velho trabalha na UPA do Engenho Novo, lá ele perdeu várias pessoas. Ele está sempre falando e avisando: “Fiquem em casa porque a pandemia ainda não acabou. Usem máscaras porque a pandemia ainda não acabou”.

O meu trabalho eu tenho estendido para além da clínica da família porque eu não tenho conseguido ir à clínica por conta de ter sido afastada.

Então eu trabalho dentro de casa, com a presença de jovens que ficam dentro da minha casa, porque eu tenho filhos adolescentes em casa. Então a casa acaba ficando cheia de adolescentes. Nesse momento, eles se acham super heróis, mas eu fico falando e sempre mostrando os relatos das pessoas da idade deles que tiveram Covid, de pessoas mais velhas que os filhos trazem pra casa. Eu tenho trabalhado com informação.

Não tenho vivido esse momento de pandemia apenas como profissional, nem como técnica de enfermagem, nem como agente de saúde. Tenho vivido como uma moradora de comunidade que continua vendo as ruas cheias, pessoas sem máscaras, festas, crianças na rua.

Eu tenho um sobrinho que é paraplégico e apenas três pessoas estão no cuidado dele para que a gente não leve a Covid-19 para ele. Eu tenho uma sobrinha que é enfermeira na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que nos causa muita preocupação, mas eu tenho vivido a Covid-19 também através dos olhos deles, que trabalham na UPA; do meu irmão que também trabalha lá e do meu sobrinho que está dentro de casa. Nós não entramos na casa deles sem máscara e não é qualquer pessoa que tem visitado eles neste momento. A gente tem vivido bastante isolado e ele tem sentido muito nossa separação, mas neste momento é preciso.

Como eu estou afastada do trabalho e da rua, eu que tenho manejado com mais frequência os cuidados com ele. Eu não esperava viver isso. A gente tentando todos os dias sobreviver nesta luta contra a Covid-19, porque é difícil acordar e saber que perdeu um amigo ou alguém que você já viu ou atendeu na Clínica; ou que alguém com quem você trabalha se foi.

A pandemia me fez trabalhar em home office e eu nem sabia o que era isso, não sei nem falar esse nome direito. A pandemia fez eu olhar pra mim e ver que eu precisava me cuidar e precisava de ajuda para melhorar. Agora eu estou tentando fazer uma atividade física de manhã com o professor da academia carioca, daí a importância de termos espaços públicos de lazer. O Estado tem que oferecer isso pra gente! Estou tentando comer melhor, porque no começo eu estava comendo desesperadamente

por conta da ansiedade. Agora estou tentando buscar um tempo pra fazer comida para o meu sobrinho que é paraplégico. Aliás, ele não está indo fazer terapia mais porque a faculdade que ele fazia fechou e não reabriu. Nós acabamos fazendo em casa do nosso jeito, o que nem sempre é o melhor, mas a gente faz o que pode.

Estamos vivendo um dia de cada vez, temos medo de planejar o futuro. Tenho tentado ajudar a minha equipe, tenho sofrido muito com as meninas com quem trabalho quando vejo que temos metas para bater e somos em 4, sendo que estamos adoecidas, e ainda tem as férias de cada uma. As pessoas que estão trabalhando estão trabalhando em dobro, se desdobrando, sofrendo. Eu sempre falo pra elas me pedirem ajuda. Eu fico angustiada querendo ajudar, peço para elas me ligarem. Fico muito preocupada delas estarem sobrecarregadas e adoecerem como eu adoeci também. Eu fiz grupo de WhatsApp para tentar organizar minha participação no trabalho.

Uma das coisas mais importantes dessa pandemia é que ela veio para mostrar que nós dependemos sempre um do outro, embora eu quisesse ajudar mais, infelizmente estou limitada por conta de comorbidades. Eu fico angustiada porque queria ajudar mais a minha comunidade, mas eu ligo, envio mensagem, converso, tento dar atenção, enfim, só paro quando as minhas comorbidades me obrigam a parar.

Mas eu sempre tento explicar às pessoas o que está acontecendo, o que é a pandemia. Tento falar com as mães sobre a importância das vacinas, do porquê delas precisarem vacinar seus filhos. Para além da Covid-19, existem outras doenças já tratáveis no país, cujas vacinas curam e elas não podem esquecer. Não é só no Jacarezinho, é no Rio de Janeiro inteiro. O número de adesão vem sendo bem baixo. A pandemia para o agente de saúde foi uma coisa que trouxe medo de trabalhar, dor, porque a gente sabe que os nossos assistidos estão enfermos ou morreram e a gente trabalha com o coração dilacerado, tentando fazer alguma coisa, mas nos vemos impotentes, muito impotentes. Ainda assim, eu tenho esperança.

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

Anderson Oliveira, **Maré**

Day Medeiros, **Santa Cruz**

Fatinha Lima, **Morro da Providência**

Gizela Martins, **Portelinha no Morro do Timbau - Maré**

Luciano Noberto dos Santos, **Morro da Coroa - Centro**

Maria do Socorro Moreira, **Santa Cruz**

Paloma Silva, **Jacarezinho**

Renata Dutra, **Manguinhos**

Simvione Moreira, **Jacaré**

Wanessa Afonso, **Comunidade São Fernando - Santa cruz**

Yolanda Oliveira, **Bangu**

Movimentos Sociais e Coletivos

Coletivo Artístico Sustentável e Alternativo

Coletivo Martha Trindade

Comissão dos Agentes Comunitários de Saúde de Manguinhos - COMACS - Manguinhos

Levante Aço

Projeto Esperança para uma criança de Vila Paciência

Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência

Teia de Solidariedade da Zona Oeste

União Coletiva pela Zona Oeste

Revisão

Luiza Gomes

Projeto Gráfico

Mariane Martins

